



07/06  
Aprovado o presente  
Regulamento. Publique-se  
no Portal Institucional da  
ULSNA, Internet e Intranet  
bem como por circular  
normativa

Do CA para ratificação  
2016/03/21  
OCA ratificação  
2016/03/22

ULSNA-EPE  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DORINDA CALHA, Presidente

JORGE F. GOMES, Diretor Clínico

ANTÓNIO MIRANDA, Enfermeiro Diretor

RAQUEL BASTOS, Vogal Executivo

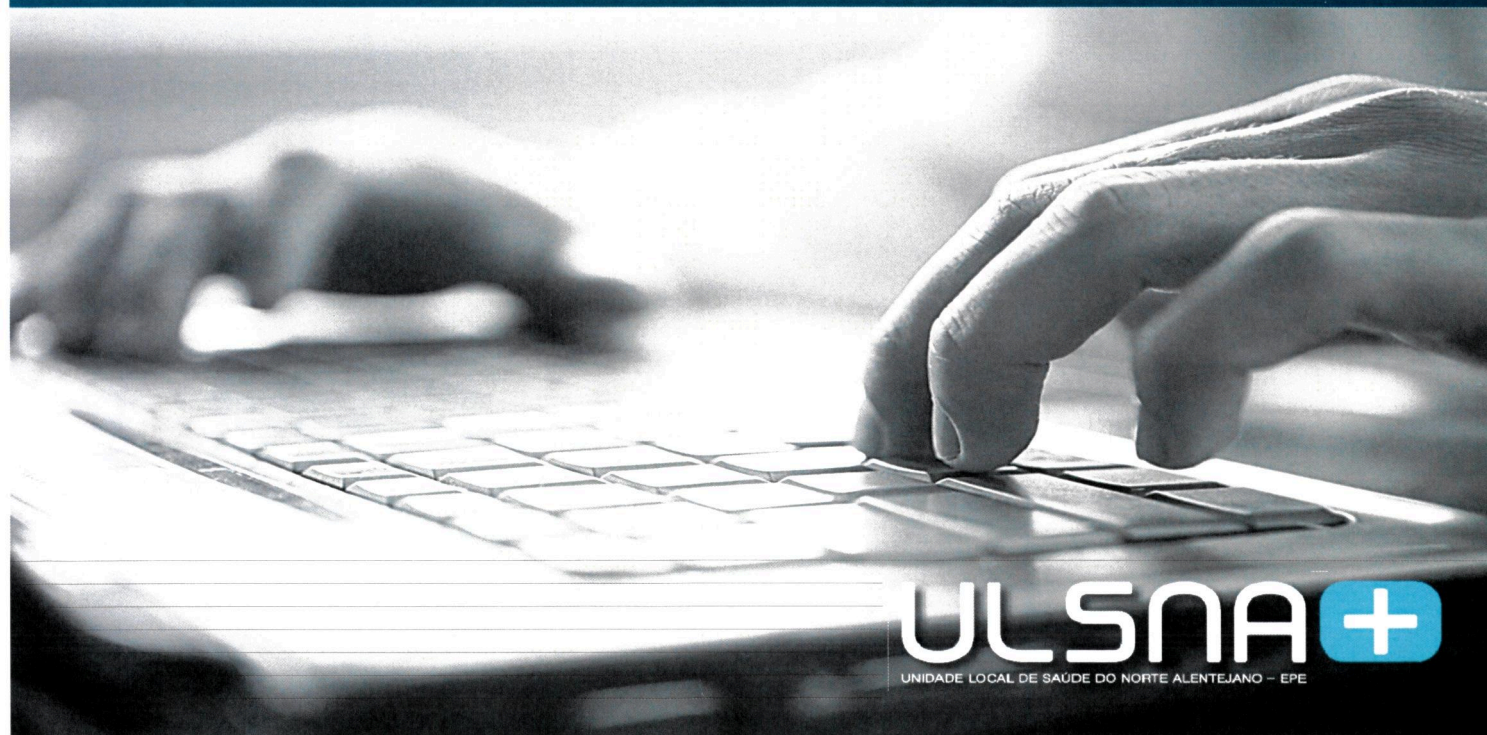
JOAQUIM ARAÚJO, Vogal Executivo

Dorinda Calha

Presidente do Conselho de Administração

Adm 12/2016  
DL 46

# REGULAMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA DE IRREGULARIDADES



ULSNA+

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO - EPE



## ÍNDICE

PREÂMBULO .....	3
ÂMBITO E APLICAÇÃO .....	3
CONCEITO DE IRREGULARIDADES .....	3
CONTEÚDO DA COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES .....	4
CONFIDENCIALIDADE .....	4
DIREITOS E GARANTIAS DOS DENUNCIANTES .....	4
ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS .....	5
PROCEDIMENTOS .....	5
RELATÓRIO SOBRE A ATIVIDADE DO SERVIÇO DE AUDITORIA INTERNA .....	7
ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO .....	7
NORMA TRANSITÓRIA .....	7
INÍCIO DE VIGÊNCIA .....	7



## **PREÂMBULO**

Considerando o disposto no n.º 4, do artigo 18º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE, (doravante designada por ULSNA) deliberou aprovar o presente Regulamento sobre os procedimentos a adotar em matéria de comunicação interna de irregularidades, nos termos a seguir enunciados.

## **ÂMBITO E APLICAÇÃO**

1. O presente Regulamento tem como objetivo a criação de um mecanismo, que permita a todos os colaboradores da ULSNA comunicar, de forma livre e consciente, situações que configurem:
  - a) Violações de princípios e disposições legais, regulamentares e deontológicas por parte dos membros dos órgãos estatutários, trabalhadores, fornecedores de bens e prestadores de serviços no exercício dos seus cargos profissionais;
  - b) Dano, abuso ou desvio relativo ao património da ULSNA ou dos utentes;
  - c) Prejuízo à imagem ou reputação da Instituição.Corporizando, desta forma, o forte compromisso da ULSNA na condução da sua atividade, no respeito da legalidade e dos princípios vertidos no seu Código de Ética, através de um processo que permita a deteção precoce das situações irregulares.
2. Este mecanismo consiste no estabelecimento de um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades recebidas, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, em cada momento aplicáveis, as regras, princípios e valores plasmados no Código de Ética da ULSNA e os princípios de confidencialidade e não retaliação a salvaguardar nas relações com os denunciante.
3. Trata-se de um mecanismo complementar da atividade regular da ULSNA, devendo apenas ser utilizado nos casos em que não seja objetivamente justificável o uso dos demais mecanismos de comunicação interna ou decorrentes da ordem jurídica nacional, revestindo, assim, a natureza de dispositivo subsidiário, nos termos e com as limitações descritas neste Regulamento.

## **CONCEITO DE IRREGULARIDADES**

4. Consideram-se irregularidades, todos os atos ou omissões, dolosos ou negligentes, ocorridos no âmbito da atividade da ULSNA, contrários às disposições legais ou regulamentares, às disposições estatutárias ou às regras ou princípios éticos e imputáveis a membros dos órgãos estatutários ou demais dirigentes, diretores, quadros e restantes trabalhadores e colaboradores (independentemente da sua posição hierárquica ou do seu vínculo), bem como fornecedores de bens e prestadores de serviços no exercício dos seus cargos profissionais.
5. Para efeitos do número anterior, entende-se que consubstanciam irregularidades comunicáveis ao abrigo deste Regulamento, designadamente, os seguintes atos ou omissões:
  - a) Quaisquer ilícitos de natureza criminal, contraordenacional ou cível;
  - b) A violação ou incumprimento de regras deontológicas ou de ética profissional;
  - c) A inobservância das regras e princípios éticos vertidos no Código de Ética da ULSNA, em particular quaisquer violações relacionadas com a integridade da informação financeira e as práticas contabilísticas, as regras de conflitos de interesses, o Sistema de Controlo Interno ou as políticas em matéria de fraude e corrupção;
  - d) Abuso de autoridade, má gestão ou desperdício de recursos;
  - e) Dano, abuso ou desvio relativo ao património da ULSNA ou dos utentes;
  - f) Prejuízo à imagem ou reputação da Instituição.

6. Não serão consideradas irregularidades, para os efeitos aqui previstos, as reclamações apresentadas quanto à qualidade dos serviços prestados pela ULSNA, nem qualquer facticidade que exceda o âmbito definido anteriormente.

## CONTEÚDO DA COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

7. As eventuais Irregularidades a comunicar deverão conter os dados necessários para se poder levar a cabo a análise dos factos denunciados. Deste modo, as comunicações recebidas deverão incluir a seguinte informação:
- a) Exposição clara e detalhada dos factos;
  - b) Identificação clara e detalhada do Serviço, Unidade Orgânica ou local em que tenham lugar os factos da irregularidade;
  - c) Identificação das pessoas envolvidas no comportamento denunciado ou com conhecimento do mesmo;
  - d) Momento em que ocorreu ou ainda ocorrem os factos;
  - e) Quantificação, sempre que possível, do impacto dos factos denunciados sobre as demonstrações financeiras, património ou imagem da ULSNA.
  - f) Anexação, sempre que possível, de documentos, arquivos ou outra informação que se julgue relevante para a avaliação e resolução da Irregularidade.

## CONFIDENCIALIDADE

8. Qualquer comunicação de irregularidades abrangida pelo presente Regulamento será tratada como confidencial, garantindo-se o anonimato do seu autor, salvo se este expressa e inequivocamente solicitar o contrário.
9. Deverão, ainda, ser implementadas medidas de segurança adequadas à proteção da informação e dos dados contidos nas comunicações. Em particular, deverá ser garantido um acesso restrito, sob o ponto de vista físico e lógico, aos servidores onde ficará alojado o endereço de correio eletrónico e a base de dados de tratamento das comunicações.

## DIREITOS E GARANTIAS DOS DENUNCIANTES

10. A ULSNA não poderá demitir, discriminar, ameaçar, reprimir, reter ou suspender pagamentos de salários e/ou benefícios, despromover, transferir ou de outro modo tomar alguma ação disciplinar ou retaliatória relacionada com os termos e condições do contrato de trabalho ou outro vínculo contratual estabelecido com o denunciante, na medida em que este comunique uma irregularidade ou forneça alguma informação ou assistência no âmbito da averiguação das irregularidades denunciadas.
11. A informação comunicada através deste mecanismo será tratada única e exclusivamente para as finalidades previstas neste regulamento.
12. É assegurado aos denunciante que comuniquem informações através deste mecanismo, o direito de acesso, retificação (de dados inexatos, incompletos ou equívocos) e eliminação dos dados por si comunicados, salvo na medida em que qualquer uma destas ações possa contender com outros direitos que devam prevalecer, designadamente sempre que possa prejudicar a averiguação em curso.



## ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

13. Compete ao Serviço de Auditoria Interna a receção, registo e tratamento, nos termos e condições previstas no presente Regulamento, das participações de indícios de irregularidades ocorridas na ULSNA, bem como a prática de outros atos que, com aquelas atribuições, estejam necessariamente relacionados.
14. Competirá, ainda, ao Serviço de Auditoria Interna, na sequência das comunicações recebidas, encetar a abertura dos respetivos processos de averiguação, não lhe cabendo, porém, o exercício do poder disciplinar.
15. O Serviço de Auditoria Interna, no âmbito das averiguações resultantes de qualquer comunicação feita ao abrigo do presente Regulamento, poderá solicitar aos Serviços competentes todas as informações e consultar toda a documentação que considere pertinente, bem como solicitar o apoio logístico que entenda adequado (nomeadamente, através da assistência por Auditores Externos, consultores jurídicos ou outros peritos, sempre que a especialidade das matérias em causa o justifiquem), tendo acesso a todos os instrumentos considerados relevantes e que possam ser proporcionados para o efeito pela ULSNA, em função da natureza de cada comunicação recebida.
16. O Serviço de Auditoria Interna, na dependência orgânica do Presidente do Conselho de Administração <sup>[1]</sup>, fornecerá a este, informação prévia de todas as irregularidades a si reportadas, visando a deliberação do Conselho de Administração para que sejam encetadas quaisquer averiguações e, concomitantemente, sejam autorizadas as deslocações ou outros custos que possam resultar do desenvolvimento dos processos.
17. Para cabal cumprimento das atribuições e competências do Serviço de Auditoria Interna, deverá ser observado o disposto nos n.ºs 3 <sup>[2]</sup> e 5 <sup>[3]</sup>, do artigo 17º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro.

## PROCEDIMENTOS

18. A comunicação de quaisquer indícios de irregularidades deverá conter a indicação de “confidencial”, remetendo todos os elementos e informações de que o denunciante disponha e que julgue necessários para a avaliação da irregularidade.
19. A comunicação de irregularidades deverá ser remetida ao Auditor Interno para o seguinte endereço de correio eletrónico: [irregularidades@ulsna.min-saude.pt](mailto:irregularidades@ulsna.min-saude.pt)
20. As comunicações recebidas pelo Serviço de Auditoria Interna deverão ser registadas numa base de dados, devendo o registo conter, designadamente:
  - a) Número identificativo;
  - b) Data da receção;
  - c) Breve descrição da natureza da comunicação;
  - d) Medidas adotadas em virtude da comunicação;
  - e) Estado atual do processo (pendente ou encerrado); e
  - f) A possibilidade de aditar outros elementos considerados pertinentes.

<sup>1</sup> Cfr. n.º 13, do artigo 17º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro.

<sup>2</sup> “A direção do serviço de auditoria interna compete a um auditor interno, que exerce as respetivas funções pelo período de cinco anos, renovável por iguais períodos, até ao limite máximo de três renovações consecutivas ou interpoladas e que é apoiado tecnicamente nas suas funções por um máximo de três técnicos auditores.”

<sup>3</sup> “Os técnicos que integrem o serviço de auditoria interna devem possuir curso superior adequado ao exercício das suas funções.”



21. Após registo das comunicações, estas serão alvo de análise preliminar, consubstanciando-se na emissão de um Relatório, por forma a certificar-se o grau de credibilidade da comunicação, o carácter irregular do comportamento reportado, a viabilidade da averiguação e a identificação das pessoas envolvidas ou que tenham conhecimento de factos relevantes, e que por isso devam ser inquiridas.
22. O Relatório de Análise Preliminar deverá concluir pelo avanço ou não da averiguação, pelo que se o Serviço de Auditoria Interna considerar que a comunicação é inconsistente, pouco séria ou inverosímil, promoverá o seu arquivo, tratamento estatístico e informação desse arquivamento com súmula dos fundamentos ao Conselho de Administração e ao autor da comunicação, caso este se tenha identificado.
23. Se o Serviço de Auditoria Interna considerar, pelo contrário, que a comunicação é consistente, plausível e verosímil, inicia-se, após deliberação do Conselho de Administração, um processo de averiguação, conduzido e supervisionado pelo Auditor Interno.
24. O processo de averiguação poderá incluir a realização das seguintes diligências por parte do Serviço de Auditoria Interna:
  - a) Recolha de documentos ou informações;
  - b) Realização de entrevistas a pessoas consideradas relevantes para o apuramento dos factos em apreço;
  - c) Condução de auditorias internas;
  - d) Outras diligências que se apresentem adequadas e proporcionais à gravidade da irregularidade sob averiguação.
25. No âmbito do processo de averiguação e da apreciação da irregularidade em causa, o Serviço de Auditoria Interna deve ter em conta eventuais situações de conflito de interesses por parte do denunciante ou das pessoas que colaborem com o processo de averiguação.
26. Para efeitos do número anterior, considera-se em situação de conflito de interesses a pessoa que se encontre em circunstâncias de diminuição ou afetação da sua isenção ou imparcialidade de atuação, análise ou decisão, nomeadamente em virtude de (i) a pessoa e/ou matéria objeto do processo de averiguação ou (ii) as pessoas em causa, ou o seu cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em união de facto e/ou em economia comum poderem vir a obter qualquer benefício ou sofrer uma desvantagem, ainda que imaterial, em resultado do desfecho do processo de averiguação.
27. Concluída a fase de averiguação, o Serviço de Auditoria Interna elaborará um Relatório Final, fundamentado nos factos apurados durante a averiguação, e emitirá a sua opinião, dando conhecimento desta quer ao Conselho de Administração, quer ao denunciante, caso este se tenha identificado, quer a outras entidades, internas ou externas, cujo envolvimento se imponha ou justifique.
28. O Relatório Final deverá conter:
  - a) A descrição das diligências efetuadas;
  - b) Uma exposição dos factos relevantes e respetiva apreciação crítica;
  - c) A identificação das normas legais, contabilísticas ou regulamentares aplicáveis;
  - d) As conclusões alcançadas; e
  - e) Caso aplicável, as recomendações conducentes à sanção da irregularidade, que podem incluir, nomeadamente, a proposta de alterações aos procedimentos, regras ou métodos de gestão de riscos, de controlo interno, de auditoria interna ou de outras políticas da ULSNA.

## **RELATÓRIO SOBRE A ATIVIDADE DO SERVIÇO DE AUDITORIA INTERNA**

- 29.** Em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 17º, do Anexo III, do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de Janeiro, o Serviço de Auditoria Interna elaborará, até dia 15 de Março de cada ano, um relatório sobre a atividade desenvolvida no ano anterior, em que se refiram os controlos efetuados, as anomalias detetadas e as medidas corretivas a adotar. Este relatório deverá conter, ainda, a operacionalização do presente Regulamento.

## **ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO**

- 30.** A ULSNA reserva-se o direito de, a todo o tempo, alterar as regras constantes deste Regulamento, sempre que tal se revele necessário. Em tal caso, os colaboradores serão devidamente informados.

## **NORMA TRANSITÓRIA**

- 31.** A base de dados referida no ponto 20 do presente Regulamento deverá ser desenvolvida pelo Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação ou, em alternativa, ser adquirida no mercado.

## **INÍCIO DE VIGÊNCIA**

- 32.** O presente regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação.

O Conselho de Administração